

RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.164 - PR (2015/0176468-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOÃO MINELLI
RECORRIDO : JOAO ROBERTO GAI ANSAI
RECORRIDO : JORGE ASSIS
RECORRIDO : JOSÉ ADÃO HASS
RECORRIDO : JOSE ALECIO CARDOZO
RECORRIDO : JOSE ALOIR PALLU
RECORRIDO : JOSÉ AURÉLIO GENOVEZ
RECORRIDO : JOSE FELIX BASSAI
RECORRIDO : JOUBER RODRIGUES
RECORRIDO : LUIS LORO MILAN
ADVOGADOS : MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA E OUTRO(S) -
PR019095
JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA - PR023510

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO REAJUSTE DE 28,86% SOBRE ANUÊNIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO, com fundamento na alínea *a* do art.105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4a. Região, assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. ADMINISTRATIVO. DIFERENÇAS DE ANUÊNIOS. PONTOS OBJETO DO APELO DA UNIÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO. ENCARGOS DA MORA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO EXEQUENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. BASE DE CÁLCULO DAS DIFERENÇAS: INCLUSÃO DO REAJUSTE DE 28,86% NO PERÍODO ENTRE JANEIRO DE 1993 E JULHO DE 1998. INCLUSÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

1) A maioria dos pontos objeto de insurgência do recurso da União configuram inovações, consistindo em aspectos não apreciados na sentença e não deduzidos à inicial dos embargos, o que impede o seu conhecimento por este Tribunal, mormente nesta quadra. Ao opor os presentes embargos a Executada apontou excesso de execução com base em dois fundamentos: a incorreta

contagem dos anuênios e a indevida inclusão das diferenças de 28,86% na base de cálculo dos anuênios. Portanto, todas as demais matérias que não guardem relação com os fundamentos anteriormente expendidos ou que não caracterizem matérias de ordem pública não podem ser apreciadas por este Tribunal.

2) Mesmo em se tratando a Fazenda Pública de ente estatal, poderia esta, a fim de evitar a condenação nas verbas de sucumbência, cumprir espontaneamente o julgado, apresentando o cálculo que entende devido, utilizando da faculdade prevista no art. 570 do CPC. Não o fazendo espontaneamente, deve arcar com os encargos de mora, conforme disposto no título executivo judicial. Ademais, os juros de mora são devidos pelo devedor em virtude de disposição legal, conforme prevê o art. 407 do CPC.

3) O próprio título prevê a incidência dos juros de mora a partir do trânsito em julgado da ação coletiva, o que demonstra a ausência de interesse recursal da União no aspecto.

3) A correção monetária deve ocorrer desde o momento em que se tornaram devidos os valores, ou seja, deve incidir a partir da data do vencimento de cada remuneração percebida a menor pelos exequentes, não se incluindo o mês de competência quando o pagamento é feito no mês seguinte.

4) É certo que a base de cálculo da parcela deve ser tão somente o vencimento-padrão, mas deverá ser levado em conta o valor do vencimento básico a que tinha direito o servidor no respectivo mês de competência de cálculo da parcela, vale dizer, após jan/1993 levando em conta o vencimento básico acrescido do reajuste de 28,86%.

5) A vantagem dos anuênios, nos termos do revogado art. 67 da Lei nº 8.112/90, tinha como base de cálculo o vencimento básico do servidor. Portanto, a base de cálculo da vantagem não integra outras rubricas como 13º salário, férias, etc.

6) Diante do julgamento do presente apelo, afasto a sucumbência recíproca declara e fixo os honorários advocatícios em 10% do valor controvertido da execução à conta da parte executada (fls. 1.213/1.214).

2. Em seu Apelo Nobre, aponta a parte recorrente violação dos arts. 331, 460, 535 e 741 do CPC, aos seguintes fundamentos: (a) o acórdão recorrido padece de omissão; (b) impossibilidade de aplicação do índice de 28,86% sobre os anuênios recompostos, sob pena de ofensa à coisa julgada.

3. É o relatório.

4. Inicialmente, não há como acolher a alegada

violação ao art. 535 do CPC/1973, visto que a lide foi solvida com a devida fundamentação, ainda que sob ótica diversa daquela almejada pelo ora agravante. Todas as questões postas em debate foram efetivamente decididas, não tendo havido vício algum que justificasse o manejo dos Embargos Declaratórios. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

5. Quanto ao mérito, é firme a jurisprudência desta Corte de que o reajuste de 28,86% deve incidir sobre a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, porquanto a base de cálculo do reajuste é a remuneração do Servidor, devendo abranger, portanto, os anuênios. A propósito, citam-se os seguintes julgados:

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 3,17%. RECOMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PELO REAJUSTE DE 28,86% E DOS ANUÊNIOS. INCIDÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86% QUE SE ENCONTRA ALBERGADO NA BASE DE CÁLCULO DO REAJUSTE DE 3,17%. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *Esta Corte Superior consolidou entendimento de que o reajuste de 3,17% deve incidir sobre a remuneração do Servidor Público, entendida como a totalidade dos seus vencimentos, e não somente sobre o vencimento-básico. Logo, o reajuste de 28,86% encontra-se albergado na base de cálculo do reajuste de 3,17%. Precedentes: AgRg no REsp. 966.354/PR, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 12.8.2015; AgRg no REsp. 1.118.344/PR, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 13.2.2014; AgRg no REsp. 982.681/RN, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 1.8.2013; AgInt no REsp. 1.618.798/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 3.10.2018.*

2. *Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento (AgInt nos EDcl no AREsp. 716.844/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 4.2.2019).*

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA. PRESCRIÇÃO. INEFICÁCIA DO PROTESTO INTERRUPTIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. NÃO ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. REAJUSTE DE 28,86%. BASE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. ANUÊNIOS. POSSIBILIDADE.

1. A Corte de origem, ao enfrentar a preliminar de prescrição da ação de execução, não analisou, ainda que implicitamente, o argumento da ineficácia do protesto interruptivo interposto pelo sindicato quando supostamente já decorridos mais de cinco anos do trânsito em julgado da ação coletiva.

2. Descumprido o indispensável exame dos artigos invocados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Imprescindível a alegação de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando da interposição do recurso especial com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, quando a recorrente entende persistir algum vício no acórdão impugnado, sob pena de incidir no intransponível óbice da ausência de prequestionamento.

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o reajuste de 28,86% deve incidir sobre a base de cálculo do adicional por tempo de serviço, porquanto a base de cálculo do reajuste é a remuneração do servidor, devendo abranger, portanto, os anuênios.

5. Referido entendimento não contraria o exarado no REsp 990284/RS, da relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 26/11/2008, segundo o qual a base de cálculo do reajuste de 28,86%, incide sobre a remuneração do servidor, o que inclui o vencimento básico (servidor público civil) ou o soldo (militar), acrescido das parcelas que não os têm como base de cálculo, a fim de evitar a dupla incidência do reajuste.

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.347.396/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 15.5.2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO REAJUSTE DE 3,17%. MP N. 2.150-39/2001. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. INCIDÊNCIA SOBRE O REAJUSTE DE 28,86%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA.

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 982.681/RN, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 1o.8.2013).

6. Ademais, no tocante ao argumento de ausência de título executivo, tendo o Tribunal de origem, diante das circunstâncias fáticas dos autos, concluído ter havido reconhecimento judicial do direito aos anuênios, é inviável o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, porquanto demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada em sede de Recurso Especial.

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial da UNIÃO.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 10 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR